A APLICAÇÃO DO TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA: uma análise da legitimidade internacional das medidas aplicadas pelos Estados Unidos contra a Venezuela em 2019

Autor 1
Kerolene Silva Dias Bacharelanda em Direito, Faculdades Cathedral. E-mail: kaaroldias72@gmail.com

Autor 2
Mauro José do Nascimento Campello Prof. Doutor, Faculdades Cathedral. E-mail: mauro_campello@hotmail.com

RESUMO

Contextualização: As relações diplomáticas entre Estados Unidos e Venezuela são marcadas por tensões e sanções econômicas desde o início dos anos 2000, agravadas em 2019 com o embargo econômico norte-americano e a aprovação do retorno da Venezuela ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) pelo parlamento de oposição. O tratado, concebido em 1947 no contexto da Guerra Fria para segurança hemisférica contra agressões armadas externas, foi invocado no cenário venezuelano em meio a uma crise político-humanitária interna. Objetivo: Analisar a legitimidade internacional das medidas aplicadas pelos Estados Unidos contra a Venezuela entre setembro e dezembro de 2019 à luz do TIAR e dos parâmetros do Direito Internacional contemporâneo. Problemática: Verificar se as sanções econômicas e as medidas individualizadas impostas no período compatibilizaram-se com a finalidade, os procedimentos e os limites materiais estabelecidos pelo tratado. Método: Adotou-se o método dedutivo com pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental. A fundamentação teórica baseou-se em doutrina especializada (como Mazzuoli, Portela e Campos), normas internacionais e resoluções aprovadas no âmbito do sistema interamericano. Conclusão: A invocação do TIAR ao caso venezuelano demonstrou legitimidade internacional questionável devido à insuficiência de base normativa expressa para a aplicação de sanções individuais a pessoas e entidades, e pela inadequação da crise interna às hipóteses de agressão armada clássica do tratado. Conclui-se que o uso do tratado exige interpretação restritiva e controle de compatibilidade com os princípios da soberania estatal, não intervenção, solução pacífica de controvérsias e limitação do uso da força, sob o risco de instrumentalização política e ampliação indevida de sua finalidade jurídica original.

Palavras-Chave: Tiar. Venezuela. Sanções Internacionais. Soberania. Não Intervenção.